

justiça cega





DE
SARA DE CASTRO

COM

ANA BRANDÃO
ANA RIBEIRO
CARLA GALVÃO
GAYA DE MEDEIROS
TERESA COUTINHO
EMA DE CASTRO SILVA

JUSTIÇA CEGA reflecte sobre a complexidade da justiça, partindo de uma perspectiva feminina e feminista.

A partir da tragédia *Medeia*, do mito de *La Llorona* e da ficção que convoca a figura de uma filicida contemporânea, o espetáculo propõe um exercício de discussão e de imaginação sobre novas formas de olhar para a justiça.



*"Não se pode falar
de justiça quando
há silenciamento."*



SARA DE CASTRO

"Posso falar?"



CONVERSA ENTRE SARA DE CASTRO E SOFIA FRADE, COM MEDIAÇÃO DE RUY FILHO

Ruy Filho [RF]: Uma das coisas que me chamou mais atenção foi a relação entre a justiça e a voz do feminino, e a forma como isso se coloca em processo de escuta ou de recusa durante um julgamento. Se o confronto dessa voz também não é uma complexidade narrativa no contemporâneo entre um esfacelamento no feminino de duas vozes, o que seria a voz da mãe e o que seria a voz de uma mulher. E como a sociedade parece rachar essa figura do feminino em duas funções muito específicas.

Sara de Castro [SC]: A investigação que fui fazendo sobre a questão da justiça e do filicídio, que foi a porta pela qual nós quisemos entrar para abordar o tema da Justiça, começou por tocar precisamente nesse aspecto.

Sofia Frade [SF]: Esta é uma questão difícil de abordar, há aqui uma tensão. E obviamente o meu lado é um bocadinho mais cómodo, porque é o lado clássico, um lado puramente ficcional, ou seja, é um lado mitológico. É muito mais fácil abordar esta questão deste ponto de vista em que podemos teorizar, do que abordar, como a Sara também faz na peça, um ponto de vista real, concreto, contemporâneo. A nossa relação com este tema é diferente sob essas duas perspectivas. Acho que o lado mitológico pode ajudar a clarificar, a distanciar emocionalmente e olhar para esta questão mais objetivamente.

SC: A incompreensão sobre o ato no contemporâneo foi o que me fez ir investigar, ir para trás. Foi o que me fez conhecer a Sofia. É difícil perceber este acto. Quando uma mulher hoje mata os seus filhos - podia ser eu, não é? - é muito difícil de perceber. Mas essa distância do mito, a forma como a Sofia me deu a ver esta mitologia, ajudou-me a ver outras coisas que estão envolvidas, abrindo possibilidades de ver o que está para além desse crime hediondo e tão avassalador. Percebi que estas mulheres, estas filicidas, não estão a cumprir o papel que a sociedade espera que cumpram. Em muitos aspectos, não só na maternidade. Entendi que este hiato ultrapassa simbolicamente a questão do crime. E simbolicamente, na leitura que faço, cometem este crime como um gesto político. Porque é um gesto que confronta o sistema. Por isso é que, no espetáculo, fazemos esse exercício: começamos por apresentar o problema no contemporâneo e depois surge a necessidade de voltar atrás.

RF: Isso já me traz uma outra questão: a importância da distância para conseguir enxergar o objeto e algum sentido de compreensão. Essa distância durante o trabalho também ajudou a perceber a justiça propriamente? E será que o contemporâneo nos eliminou a capacidade de percepção do que é justo?

SC: O contacto com a cultura clássica que tive através da Sofia - interessa dizer que foi através da Sofia porque ela me deu a ver a cultura clássica de uma forma que eu nunca tinha visto: uma perspectiva contemporânea, feminista, pós-colonial, etc. - não teve só importância na questão do filicídio ou das pontes que se podem estabelecer entre a Medeia e outras filicidas, mas também sobre a própria justiça. Porque existe um texto fundador na cultura - claro, estamos sempre a falar de nós, não é?

Deste nosso mundo ocidental - que é a Oresteia, mais particularmente as Euménides, onde aparece aquilo que é a definição de um tribunal e de um sistema judicial que, na verdade, é a fundação da Justiça como a conhecemos hoje. O Estado passa a ter a hegemonia sobre a violência, ou seja, a violência só é permitida ao Estado. Portanto, é uma violência institucionalizada. O Estado pode prender pessoas ou, noutros tempos e noutras latitudes, pode aplicar pena perpétua ou pena de morte. E essa transição aparece exatamente nas Euménides, de Ésquilo. A figura de Atena constitui-se como a figura de uma juíza que define que vamos terminar o ciclo de vingança, onde uma morte se paga com outra, e vamos tentar encontrar uma forma de lidarmos com crimes enquanto sociedade. A percepção de que, na verdade, a forma como nós pensamos a justiça está fundada também naquele lugar de onde vem a Medeia, naquele universo, foi muito revelador para mim. Principalmente para me fazer pensar que há um princípio de que a justiça é assim. Parece que temos dificuldade em imaginar como poderia ser se fosse de outra maneira. Já passaram 2500 anos, se calhar podemos pensar que talvez haja outra forma, não? [risos] Há um momento do texto em que a Gaya de Medeiros diz: "Há aqui alguma coisa que está mal. 10 anos, 20 anos, 25 anos, prisão perpétua... Pena máxima não vai resolver essa coisa que está mal! E alguma coisa está mal. Alguma coisa está MUITO mal!". Agora, qual é a solução? Eu não tenho respostas. E o espetáculo também não é sobre responder, é sobre a falta de capacidade de resposta, o desconhecimento da alternativa.

SF: Mesmo essa ideia do julgamento nas Euménides tem sido bastante problematizada, pelo menos nas últimas décadas, porque obviamente está assente no patriarcado. Esta justiça nasce do princípio de que os filhos são mais

filhos do pai do que filhos da mãe. E isso é interessante quando estamos a julgar mães que matam filhos, acho eu. Num artigo, a Judith Butler questiona: quando a justiça não chega, quando a justiça não ouve as vozes dos mais fracos, até que ponto é que a vingança é legítima? Para que é que servem estas fúrias e a ideia de vingança? A justiça integra 100% a vingança ou não? Qual é a diferença entre as duas coisas? Ou seja, é só uma diferença entre uma vingança pessoal e uma vingança de Estado ou a Justiça deve ser uma coisa diferente? E acho que isso também pode ser um ponto de reflexão importante. O passado pode ser este lugar onde vamos, mas não tem que ser necessariamente um lugar que nos constringe.

RF: Isso nenhum teórico tem conseguido responder plenamente, mas é um problema da nossa época, o reconhecimento sobre a falência da justiça epistêmica e quanto os modelos de poderes dão volta sobre si mesmo e acabam sempre no mesmo ponto. O patriarcado é um desses modelos mais violentos de pregar a paz.

SF: O artigo de que falei da Judith Butler é super interessante, mas há reflexões já muito mais antigas, da década de 80/90, que defendem que, no fundo, o que acontece nas Euménides é o Orestes ser ilibado porque é filho do grande Agamemnon. Porque é um nepobaby [risos]. Se ele fosse outra pessoa qualquer, não seria. E isso também pode ser uma reflexão relevante para a nossa Justiça e para a maneira como o mundo gira neste século XXI.

RF: Vocês usam a expressão desse assunto e desse contexto para tratar de complexidades narrativas. Tocam num certo princípio, que é tratar o filho não como algo endeusado e a quem cabe à mãe proteger e determinar

o futuro mais belo, mas o filho como uma consequência entre o relacionamento entre duas pessoas e que tem sua independência enquanto existência e também como objeto. O filho, quando independente nesses dois aspectos, de ser de alguém e de algo, ele pode ser morto. Aqui tem uma complexidade filosófica bastante densa. Mas há um aspecto nessa narrativa de morte do filho a unir o simbólico e o estético. A perspectiva de matar uma criança, de matar um filho tem uma resposta narrativa estética no imaginário das pessoas. E estamos falando de teatro. E o teatro lida com representação. Então, quais os limites de subverter para o espectador esse imaginário já tão consolidado?

SC: Esse é precisamente um dos objetivos para nós enquanto criadoras do espetáculo: como é que, olhando para este crime que tem imediatamente uma vibração em cada uma de nós, conseguimos compreender as narrativas concretas destas três filicidas - que são as três ficcionais, apesar de haver uma que é inspirada numa filicida contemporânea? Como é que conseguimos, de facto, deixar de ter essa ligação tão visceral com a questão da maternidade e pensar mais uma vez "o que é que isto simbolicamente significa?".

A Sofia passou-me um estudo que analisou cem acórdãos sobre esta temática (não só sobre filicídio, mas maus-tratos, etc.). E é muito interessante que, quando se trata de mulheres, há comparativamente muito mais menções a atenuantes, a aspectos acerca da personalidade, às motivações, percepções acerca da saúde mental destas pessoas, etc. Mas, contraditoriamente, as penas são mais pesadas e as críticas muito mais severas sobre as mulheres do que sobre os homens. Portanto, é muito perverso pensar que, à partida, parece que queremos ouvir as narrativas das mulheres mas, na verdade, isso não tem influência

na decisão. Esse foi um dos nossos desafios, e estamos constantemente a perguntar-nos: como é que, ouvindo as narrativas, percebemos os contextos, compreendemos este ato? E um dos gestos que percebemos que era imediato, também influenciadas pela forma como a Sofia nos apresentou a Medeia, é que nunca poderíamos colocar estas mulheres no lugar de vítimas. Portanto, a nossa ideia é que elas saiam as três em apoteose, cada uma à sua maneira, tal como a Medeia sai no texto original de Eurípides. Elas não saem em autopunição, mesmo no caso da filicida contemporânea, que se tentou matar juntamente com os filhos. São figuras complexas, não se põe só a questão de ser a “mãe carinhosa” ou a “cabra vingativa”, porque pode-se ser as duas coisas, as duas coisas podem conviver. É também essa complexidade que a Medeia nos traz.

SF: Obviamente. E sim, essa ideia que falaste de tentar compreender a mãe e os seus motivos é um bocadinho, acho eu, o mesmo fenómeno psicológico do victim blaming. Tentar arranjar coisas para nos convenceremos que não podia acontecer connosco. Mas aqui isso não se pode fazer, a vítima é uma criança e, portanto, a coisa é um pouco mais difícil. Então, o que se faz é patologizar a mãe, ou seja, atribui-se-lhe uma patologia do foro psicológico - e isso não quer dizer que essas patologias não existam, obviamente. Mas há uma necessidade de construir essa narrativa e, como se vê pelo estudo que a Sara citou, não se constrói essa narrativa para ajudar a mãe ou para suavizar ou para contextualizar, porque depois não tem essa consequência. Essa narrativa é construída para nós dormirmos em casa um bocadinho mais descansados. Acho muito interessante no texto original da Medeia que ela não esteja fora de si; não há nenhuma desculpa para a Medeia e, mesmo assim, ela sai em apoteose. E isso é muito desconfortável, difícil de gerir e de

encaixar. É por isso que ela continua a ser muito interessante, porque escapa a todas estas nossas maneiras de gerir estas narrativas. Esse é um dos motivos pelo qual, na maior parte das representações contemporâneas da Medeia, ela não sai em apoteose. Muitas vezes suicida-se, outras vezes sai completamente destruída com o que fez, etc. Para mim, a grande interrogação é ela sair quase como uma divindade. Como é que se gere isto? Como é que se lida com isto?

RF: Exatamente. Entrecruza tudo isso quando vocês falam que “a verdade é um recorte, apenas um pedaço da razão”. Há um mundo inteiro a discutir sobre o que seria um pedaço da razão, até porque eu não sei se conseguimos, nos nossos dias, entender mais o que seja razão. E esse talvez seja um dos grandes dilemas de conseguirmos encaixar as coisas de forma tão simplificada. Isso é crime? Isso não é crime? Isso é barbárie? Isso não é barbárie? Se é filicídio, isso é uma vingança? O que de fato são as coisas? Gostaria de saber o que vocês entendem, ao pesquisar para o espetáculo e vivenciar esse processo, o que seria um encontro nosso hoje com algum pedaço de razão?

SC: Não consigo conceber a razão sem corpo, não me revejo nessa dicotomia. No espetáculo, há uma tentativa de corporizar os argumentos, as narrativas, para que elas não sejam só um conteúdo semântico, mas para que tenham tenham garganta, carne, dentes, língua. Que seja concreto. Em relação à questão que levantas sobre a verdade, acho que nós fazemos aqui uma provocação, que é pôr uma criança em cena. Acho que uma criança torna logo a coisa presente e “verdadeira”, de alguma forma. E, tal como no caso da Medeia, desconfortável. A presença de uma criança que vai olhar para nós, público, e interpelar-nos diretamente enquanto personificação

da Justiça pode ser bastante desconfortável. Acho que, só por estar presente, por ser um corpo pequenino com a razão própria de uma criança, pode lançar um desafio. Acho que é esse o propósito.

SF: Bem, a minha pergunta - plágio de pergunta, claro [risos] - é o que é "verdade" e o que é "razão"? Esta ideia de Justiça é de que a justiça é um monopólio não só da violência, um monopólio do Estado, mas também da razão e da verdade, de alguma forma, não é? O que obviamente tem todos os seus benefícios, mas também levanta alguns problemas. Nomeadamente com figuras de grupos minoritários, grupos que são ostracizados pela sociedade de alguma forma. Isto não quer dizer que essas pessoas sejam sempre vítimas, quer dizer que há nuances. Eu não gosto particularmente da ideia de "razão". Acho que é super masculina e super patriarcal e que apaga muitas camadas emocionais, muitas camadas de corpo. Esta dicotomia corpo/razão também é construída a partir da ideia de que a verdade vem de um lado masculino. E isso vê-se nas consequências, na maneira como nós olhamos para estes processos, no vocabulário que usamos, na maneira como pensamos estas coisas. Portanto, este monopólio esconde muita coisa debaixo do tapete e finge que não existe porque, claro, todas essas coisas de que falamos complicam muito o que é a "verdade". A narrativa, a ficção e as histórias, ao darem corpo aos problemas, mesmo que seja um corpo ficcional, ajudam-nos a olhar de um ponto de vista não puramente conceptual, mas de um ponto de vista real. Apesar de ser ficção.



*"O facto é simples:
matou. Verdade.
Mas a verdade é
um recorte, um
pedaço de razão."*



*“Esta mulher
está no ângulo
morto da
justiça.”*



justiça cega

EQUIPA

Encenação **SARA DE CASTRO**

Texto **SARA DE CASTRO (COM
TRECHOS DE NUNO PINHEIRO, GAYA
DE MEDEIROS E TERESA COUTINHO)**

Interpretação **ANA BRANDÃO, ANA
RIBEIRO, GAYA DE MEDEIROS, TERESA
COUTINHO E EMA DE CASTRO SILVA**

Interpretação LGP **MARIANA ALVES
E VALENTINA CARVALHO / GES.TU**

Conceção plástica **ERIC DA COSTA**

Desenho de luz **TERESA ANTUNES**

Música original **RUI LIMA E SÉRGIO**

MARTINS Apoio à dramaturgia **ANA PAIS**

E NUNO PINHEIRO Apoio à criação

RUI M. SILVA E CARLA GALVÃO

Construção da cenografia

**ERIC DA COSTA, JOSÉ PEDRO SOUSA,
PAULA HESPANHA E RUTE DE CASTRO**

Direção de produção **LUNA REBELO**

Fotografia e identidade gráfica

PAT CIVIDANES Produção **DENTRO DO**

COVIL Coprodução **TEATRO VIRIATO,**

TEATRO-CINE DE POMBAL, TEATRO

JOSÉ LÚCIO DA SILVA E SÃO LUIZ

TEATRO MUNICIPAL Apoio às residências

artísticas **CASA VARELA, COMPANHIA**

OLGA RORIZ E POLO CULTURAL

GAIVOTAS | BOAVISTA

Apoio **REPÚBLICA PORTUGUESA -**

CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO /

DIREÇÃO-GERAL DAS ARTES

*"O que está para lá de tudo isto?
O que é que não estamos a ouvir?"*



TEMPORADAS

LISBOA

de 27 de janeiro a 7 de fevereiro 2026
Terça à Sábado, às 19h30

SÃO LUIZ TEATRO MUNICIPAL

VEISEU

13 de fevereiro de 2026

TEATRO VIRIATO

MONTIJO

13 de março de 2026

CASA DA MÚSICA JORGE PEIXINHO

POMBAL

9 de maio de 2026

TEATRO-CINE DE POMBAL

LEIRIA

data a definir

TEATRO MIGUEL FRANCO

Duração
1h20

Classificação
M/14

justiça cega

PRODUÇÃO



COPRODUÇÃO



APOIO



CULTURA, JUVENTUDE
E DESPORTO

